

de cobrança inferior ao que corresponda a qualquer categoria mais baixa da respectiva hierarquia.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Março de 1985. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete* — *António de Almeida Santos* — *Ernâni Rodrigues Lopes*.

Promulgado em 26 de Março de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 29 de Março de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Serviço Jurídico

Quadro actual	Designações	Quadro proposto
3	Inspectores de finanças-coordendores ...	4
3	Inspectores de finanças principais ...	4
3	Inspectores de finanças	4
—	Inspectores de finanças estagiários ...	—

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Decreto Regulamentar n.º 23/85

de 12 de Abril

Tornando necessário regulamentar a atribuição do subsídio de refeição aos provadores do Instituto do Vinho do Porto, os quais, dada a natureza específica do trabalho que executam, prestam serviço por um período diário inferior ao constante da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57-B/84, de 20 de Fevereiro:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Aos provadores do Instituto do Vinho do Porto é atribuído um subsídio de refeição de montante igual ao constante do Decreto-Lei n.º 57-B/84, de 20 de Fevereiro, independentemente dos requisitos consignados no n.º 1 do artigo 2.º desse diploma.

Art. 2.º Em tudo o que não colidir com o disposto no artigo anterior é aplicável aos provadores do Instituto do Vinho do Porto o Decreto-Lei n.º 57-B/84, de 20 de Fevereiro, nomeadamente o n.º 2 do artigo 2.º e os artigos 5.º, 6.º e 7.º

Art. 3.º O presente decreto regulamentar produz efeitos desde 1 de Janeiro de 1984.

Mário Soares — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete* — *José Manuel San-Bento de Menezes* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Joaquim Martins Ferreira do Amaral*.

Promulgado em 28 de Março de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 1 de Abril de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO INTERNO

Despacho Normativo n.º 25/85

Nos termos do n.º 2.º da Portaria n.º 650/81, de 29 de Julho, ficam sujeitos ao regime de preços vigiados no estádio de produção todos os bens incluídos na seguinte posição da classificação das actividades económicas (CAE, revisão de 1973):

3111.2.1 — Preparação e fabrico de conservas de carne com excepção da congelação.

Secretaria de Estado do Comércio Interno, 25 de Março de 1985. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Agostinho Alberto Bento da Silva Abade*.

Despacho Normativo n.º 26/85

Nos termos do n.º 2.º da Portaria n.º 650/81, de 29 de Julho, ficam sujeitos ao regime de preços vigiados os seguintes bens incluídos na classificação das actividades económicas (CAE, revisão de 1973):

No estádio de produção:

3132.1.0 — Produção de vinhos comuns.

No estádio de comercialização:

3133.2.0 — Fabricação de cerveja e de todas as bebidas fabricadas com base no malte.

Nos estádios de produção, importação e comercialização:

3121.7.0 — Refinação de sal.

3121.2.0 — Transformação de folhas de chá.

Secretaria de Estado do Comércio Interno, 25 de Março de 1985. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Agostinho Alberto Bento da Silva Abade*.

Despacho Normativo n.º 27/85

Ao abrigo do n.º 2.º da Portaria n.º 650/81, de 29 de Julho, ficam sujeitas ao regime de preços vigiados no estádio de produção as carnes de bovino e suíno enquadradas no desdobramento da classificação das actividades económicas 3111.1.1 (CAE, revisão de 1973).

Secretaria de Estado do Comércio Interno, 25 de Março de 1985. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *Agostinho Alberto Bento da Silva Andrade*.

TRIBUNAL DE CONTAS

Assento n.º 1/85

Recurso extraordinário n.º 2/84

Acórdão

1 — O Ex.^{mo} Procurador-Geral-Adjunto interpôs, nos termos dos artigos 6.º, 7.º e 8.º da Lei n.º 8/82, de 26 de Maio, o presente recurso extraordinário do Acór-